

UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Sandra Maria Alves Barbosa Melo¹
Rejenice José Silva²
Eliete Borges Lopes³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo, a partir do histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil (EJA), compreender as políticas pedagógicas implementadas no país e o quanto representam para o desenvolvimento da educação no que tange à alfabetização e ao senso crítico. Para a pesquisa, foram utilizados documentos oficiais, um aporte bibliográfico e um questionário investigativo. A metodologia teve como intento o significado em termos de teorias e práticas, com resultados negativos e positivos, do EJA para as populações com as quais o modelo entra em contato. Além disso, procura-se apontar a relevância de Paulo Freire para esse modelo educacional, com suas contribuições e também os desdobramentos para se ter educandos críticos e capazes de transformar o próprio mundo e da coletividade. Para isso, a experiência de vida daqueles que desejam completar ou conquistar uma educação formal entra em cena, com um impacto extraordinário para o programa institucional. Assim, assegura-se a importância do EJA e a sua força como instrumento educacional para a transformação de realidades pela inclusão e pelo estímulo ao pensamento.

Palavras-chave: História da educação. EJA. Paulo Freire. Transformação.

Abstract

This article aims to understand the pedagogical policies implemented in the country and how they represent the development of education in literacy and critical sense, based on the history of Youth and Adult Education in Brazil (EJA). For the research, official documents, a bibliographical contribution and an investigative questionnaire were used. The methodology had as its intent the meaning in terms of theories and practices, with negative and positive results, of the EJA for the populations with which the model comes into contact. In addition, it seeks to point out the relevance of Paulo Freire to this educational model, with its contributions and also the unfolding to have critical students capable of transforming the world and the community. To this end, the life experience of those who wish to complete or conquer formal education comes on the scene, with an extraordinary impact on the institutional program. Thus, the importance of the EJA and its strength as an educational tool for the transformation of realities through inclusion and the stimulation of thought is ensured.

Palavras-chave: History of education. EJA. Paulo Freire. Transformation

O percurso da EJA

Os primeiros indícios no Brasil a respeito do que hoje se denomina Educação de

1 - Pós-Graduada em Teoria da História Regional pela UFMT. Mestre em Educação pela Saint Alcuin/Chile. Doutoranda em Educação na Facisc/Chile.

2 - Mestranda em Ciências da Educação, Universidad de Desarrollo Sustentable - UDS

3 - Dra. em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso 2016. Mestre em Educação pela UFMT, 2011. Graduada em Pedagogia UFMT 2004

Jovens e Adultos remontam aos Jesuítas, durante o Período Colonial, articulada ao trabalho de catequização. No Brasil Império, em 1876, ocorrem os registros inaugurais do Ensino Noturno para adultos, intitulado de educação ou instrução popular. Com a Lei Saraiva, em 1882, proíbe-se o voto do analfabeto, momento em que se associa a escolarização à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e à incompetência (GOHN,2001).

Em 1890, o Censo aponta 85,21% iletrados na população total. Já no século XX, o surto de nacionalismo e patriotismo, questão de desenvolvimento nacional, chama a atenção para o problema da escolarização. No ano de 1920, ainda se registram 75% de analfabetos. A partir desse momento, cresce o entusiasmo pela educação: ligas contra o analfabetismo, fundadas por intelectuais, médicos e industriais imbuídos de fervor nacionalista, visam erradicá-lo e pregam patriotismo, moralismo e civismo. Mas, alfabetizar tem um caráter político: aumenta o contingente eleitoral (PAIVA,1983).

Ainda na década de 1920, tem início um fluxo de mobilizações em torno da educação como dever do Estado, período de intensos debates políticos e culturais. No ano de 1922 acontece a Semana da Arte Moderna, em São Paulo, quando ocorre a I Conferência sobre o Ensino Primário e a Fundação do Partido Comunista.

O Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico foram os dois movimentos ideológicos da elite brasileira. O Entusiasmo pela Educação se compreendia como redentora dos problemas da Nação. Esse movimento surgiu nos anos de transição do Império para a República (1887-1897), mas recuou em 1896, voltando novamente nos anos de 1910-1920.

O caráter quantitativo ganha destaque com a expansão da rede escolar, por intermédio das “ligas contra o analfabetismo”, anos 1910, que visavam à imediata eliminação do analfabetismo para solucionar a questão do voto do analfabeto. A expressão desse entusiasmo era o preconceito contra o analfabeto como responsável pelo atraso do país.

De acordo com Di Pierro (2001), O Otimismo Pedagógico surge nos anos de 1920, mas o seu apogeu começa a partir de 1930, com o Movimento Escola Nova, quando o caráter qualitativo expressava um ar de otimização do ensino; momento de melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Um movimento que diz respeito a um ciclo de reformas educacionais nos Estados.

Nos anos de 1930, a Educação de Adultos, começa a delimitar seu lugar na História da Educação no Brasil, quando se cria o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. Inicia-se, assim, a caracterização do Sistema de Ensino no Brasil, em caráter autoritário e centralizador.

A partir da Revolução de 1930, amplia-se o Plano Educacional Brasileiro, quando ocorre a difusão do Ensino Técnico-Profissional, como meio de preparação de mão-de-obra qualificada para a indústria e o comércio. Em 1932, é fundada a Cruzada Nacional de Educação para combater o principal problema da nação, o analfabetismo (DI PIERRO, 2001).

Durante o Estado Novo (1937-1945), todo o processo é submetido ao chamado ideário nacionalista, autoritário e populista. Nos anos de 1940, a educação passa a ser questão de segurança Nacional, pois o atraso do país é associado à falta de instrução de seu povo.

Somente, a partir desse momento, é que a Educação de Adultos (EDA) começa a tomar corpo e se constitui como política educacional. Em 1942, cria-se o SENAI, numa tentativa de atrelamento da Educação de Adultos à Educação Profissional.

Após a Segunda Guerra Mundial, quando a UNESCO entra em ação, são solicitados esforços no combate ao analfabetismo em esfera mundial. Assim, surge a EJA no debate nacional na forma de campanhas de alfabetização (DI PIERRO, 2001).

No ano de 1946, institui-se a Campanha Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Em 1947, surge o I Congresso de Educação de Adultos (EDA) promovido pelo Governo Federal, que marcou o início da campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Também em 1947, ocorre a criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA). Em 1952 têm-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Em 1958 e até 1961, intensifica-se a Campanha Nacional de combate ao Analfabetismo (CNEA). E surge também o II Congresso Nacional de Erradicação do Analfabeto. A partir dos anos de 1960, o pensamento de Paulo Freire, assim como sua proposta para alfabetização de Adultos, inspira os principais programas de alfabetização do país. Em 1961, inaugura-se o movimento de Educação de Base (MEB), movimento de cultura popular vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em 1964, é aprovado o Plano Nacional de Alfabetização que prevê a disseminação, por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Essa proposta é interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos (ZANETTI,1999).

Em 1967, o governo assume o controle dos programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período, é fundado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), cuja lei de criação foi a de nº 5.370, concebida como sistema de controle da população, referência de EJA no regime Militar. No ano de 1969, institui-se a Campanha Massiva de Alfabetização. O MOBREAL se expande por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivavam desse programa, a mais

importante foi o PEI - Programa de Educação Integrada, uma forma condensada do antigo curso primário (ZANETTI, 1999).

Entretanto, em 1980, o Processo de Democratização do País incorpora a emergência dos movimentos sociais e dá início à abertura política. Os projetos de alfabetização se desdobram em turmas de pós-alfabetização. No ano de 1985, o desacreditado MOBREAL é extinto e seu lugar ocupado pela Fundação EDUCAR, que apoia, financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas.

Na década de 1990, com a extinção da Fundação Educar, cria-se um enorme vazio na Educação de Jovens e Adultos. Alguns estados e municípios assumem a responsabilidade de oferecer programas para tal público. A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil chega à década de 1990 reclamando reformulações pedagógicas. Em 1990, de acordo com Zanetti (1999), ocorre o ano Internacional da Alfabetização (ONU), em Jonthien, na Tailândia. Em 1996, com a elaboração da LDBEN 9.394, a EJA é reduzida a cursos e exames supletivos. A Emenda Constitucional 14 (FHC) suprime a obrigatoriedade do Poder Público em oferecer o Ensino Fundamental aos Jovens e Adultos que não tiveram acesso à escolarização. Essa mesma Emenda suprime o artigo 60 da Constituição que determinava acabar com o analfabetismo em dez anos. A referida Emenda cria o FUNDEF, mas não inclui a EJA na distribuição dos recursos.

A LDB 9394/96 transfere a nomenclatura do Ensino Supletivo para EJA, mas não trata da questão do analfabetismo. Reduz a idade para realização dos exames em relação à Lei 5.692/71.

Por volta de 1997, realiza-se, em Hamburgo, na Alemanha, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas). Essa conferência representa um marco importante, à medida que estabelece a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade. (ZANETTI, 1999).

Segundo Machado (1997), no ano de 1998, surgem os ENEJAS (Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos), que tem por objetivo ampliar os cenários de mudanças, chamando a atenção para a EJA, como direito. Nesse momento incorporam-se os Fóruns de EJA, que intentam trocar experiências, discutir políticas para a EJA e contribuir com os municípios que ainda não tinham organização própria para esse fim.

Portanto, em 1998, por meio de Emenda, a LEI de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96 dedica dois artigos (37 e 38), no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram

acesso a ela na idade apropriada.

Na época de 2000, sob a coordenação de Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, e enfatiza o direito público subjetivo dos cidadãos à educação e estabelece as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora, distinguindo a EJA da aceleração de estudos, e dessa forma, assinala a necessidade de contextualizar o Currículo e as metodologias para recomendar a formação específica dos educadores. Também é homologada a Resolução nº 01/00 CNE e, em Mato Grosso, homologa-se a resolução 180/2000 - CEE/MT, que aprova o Programa de EJA para as Escolas do Estado, a partir de 2002 (MEC, 2002).

Esse histórico nos mostra que, em cada período, ocorrem gestões, comumente profissionais, com visões diferentes, na tentativa de beneficiar todas as camadas sociais.

A Educação de Jovens e Adultos, bases legais e concepções

Segundo a Constituição Federal, Cf. art. 205 retomado pelo art.2º da LDB/9.394/96, a perspectiva orientada da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em grande parte implementada nos sistemas educacionais, advém da educação não formal ligada historicamente aos movimentos sociais (em princípio, portanto, mais ligada às perspectivas emancipatórias, tanto filosófico quanto na estruturação de sua organização, de Paulo Freire, dos Círculos de Cultura nos anos 1990, que é um exemplo emblemático).Pela formulação constitucional, a perspectiva do direito à educação como caminho da efetivação da democracia educacional inaugurada, não apenas para as crianças, mas também para jovens e adultos, escreve uma nova história na educação brasileira.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/96) regulamenta esses princípios e atribui ao Estado o dever da oferta escolar. Esse direito para Jovens e Adultos, assegurado pela Constituição Federal, organizou-se na LDBEN, estruturado como Educação Básica (ensino fundamental e médio), o que significa assumir que, para esse público, há modos próprios de fazer a educação, segundo as características dos sujeitos, suas trajetórias e histórias de vida e trabalho. Em suma, em sua forma de ser e estar no mundo.

Segundo a Resolução nº1 CE/MT estabelece, em seus artigos 3º e 4º, que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio, estabelecidas pelas resoluções nº2 e 3, respectivamente, aprovadas pelo CNE/CEB em 1998, estendem-se para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, configurando a Base Nacional do Currículo também para essa modalidade, desde que adaptadas às características do educando, nos termos preceituados pela

LDBEN. Dessa forma, a EJA requer modelo pedagógico próprio, com adequação de carga horária e de desenho de atendimento, currículo contextualizado, emprego de metodologias de ensino adequadas e formação específica de educadores para atuarem nela.

O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso revê a normatização vigente, publicando em 04/10/2000 a Resolução nº 180/2000, que fixa normas para a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino. Contribui para a decisão de promover essa revisão o olhar crítico dirigido pelo Conselho à situação daquele momento, caracterizada pela diluição da identidade pedagógica da EJA nos programas de aceleração de estudos e correção do fluxo escolar de crianças e adolescentes, assim como pela oferta de cursos reduzidos, organizados segundo uma concepção de escolarização compensatória, que resultavam em ensino de baixa qualidade.

Nesse momento, uma nova tarefa se impõe aos gestores do Sistema Público e às escolas e profissionais da Educação: Repensar os pontos de estrangulamento da EJA diante das práticas curriculares e das condições estruturantes do sistema, para reconstruir coletivamente concepções circulantes e remover obstáculos, fazendo realidade o sentido do direito de todos à educação e ao aprendizado. Este sentido não se faz realidade sem que se considere a indispensável unidade de princípios, diretrizes e objetivos que orientam a diversidade de respostas possíveis, definidas segundo características e perfis dos sujeitos que buscam a educação. Ao contrário do que se possa pensar, não é a uniformidade que garante a ação sistêmica, mas, sim, a unidade de propósitos, mesmo que, para isso, seja indispensável uma variedade de propostas e projetos, alternativas de atendimento e de oferta pública.

Aspectos históricos da EJA no Brasil

Tanto Vieira (2004) quanto Stephanou Bastos (2005) afirmam que as variações da história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao longo do tempo, estão ligadas às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país.

Segundo Stephanou e Bastos (2005), pode-se afirmar que, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, o ensino do ler e escrever aos adultos indígenas, ao lado da catequese, constitui-se de uma ação prioritária no interior do processo de colonização. Embora os jesuítas tenham priorizado a sua ação junto às crianças, os indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional.

Nos períodos de Colônia e Império, os jesuítas dominaram a educação, com a intenção de difundir o catolicismo e dar educação à elite colonizadora, a quem se oferecia uma educação

humanística. Esse domínio compactuava com os interesses do regime político que visava à manutenção da ordem. Observa-se que os filhos dos colonos e os mestiços também recebiam instruções dos jesuítas, através dos subprodutos das escolas de ordenação criadas pelo Padre Manoel da Nóbrega.

Após a expulsão dos Jesuítas no século XVIII, o ensino até então estabelecido ficou desorganizado e novas iniciativas sobre ações dirigidas à educação de adultos somente aconteceram durante a época do Império. Entretanto, o ensino não deixou de receber essa influência, visto que os mestres foram formados por essa escola.

Por muitos séculos, o ensino no Brasil só se constitui objeto de atenção em seus decretos e leis. A Constituição de 1824, por exemplo, em seu tópico específico para a educação, inspira um sistema nacional de educação, o que não se efetivou (STEPHANOU e BASTOS, 2005).

Durante todo o período imperial houve diversas discussões nas assembleias provinciais, sobre a forma como se deveria inserir a sociedade nos processos formais de instrução. Até o final do Império não se havia colocado em dúvida a capacidade do analfabeto, já que era essa a condição da maioria da população, inclusive das elites rurais. A partir desse momento começaram a circular discursos identificando o analfabeto à dependência e incompetência para justificar o veto ao voto do analfabeto (STEPHANOU e BASTOS, 2005).

As mobilizações da sociedade em torno da alfabetização de adultos foram abundantes nas primeiras décadas do século XX, em grande parte, geradas pela vergonha dos intelectuais, com o censo de 1890, que constatou que 80% da população brasileira era analfabeta. Surgiram as “ligas”, que se organizaram no interior, a exemplo da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, em 1915, no Rio de Janeiro (SANTOS, s/d).

Desde a Revolução de 1930, as mudanças políticas e econômicas permitiram o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. Segundo Vieira (2004), a Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo normas para oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

Na década de 40, houve a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) entre outros. De acordo com Vieira (2004), essas iniciativas permitiram que a educação de adultos se consolidasse como uma questão nacional. Ao mesmo tempo, os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO exerceram influência positiva,

reconhecendo os trabalhos realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos.

Já em 1947, o MEC promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). A campanha possuía duas estratégias: os planos de ação extensiva (alfabetização de grande parte da população) e os planos de ação em profundidade (capacitação profissional e atuação junto à comunidade) cujo objetivo era o de aprofundar o trabalho educativo. Essa campanha – denominada CEAA – atuou no meio rural e no meio urbano, com diretrizes comuns (VIEIRA, 2004).

Os movimentos de educação e cultura popular nas décadas de 50 e 60, em sua grande maioria, foram inspirados em Paulo Freire, utilizando o seu método, que propunha uma educação dialógica que valorizasse a cultura popular e a utilização de temas geradores. Esses movimentos procuravam a conscientização, participação e transformação social, por entenderem que o analfabetismo é gerado por uma sociedade injusta e não igualitária (STEPHANOU e BASTOS, 2005).

E no ano 1963, Paulo Freire integrou o grupo para a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação, processo interrompido pelo Golpe Militar, que reduziu a alfabetização ao processo de aprender a desenhar o nome. O Governo importou um modelo de alfabetização de adultos dos Estados Unidos, de caráter evangélico: a Cruzada ABC (STEPHANOU e BASTOS, 2005).

Segundo Vieira (2004), alguns marcos da atualidade na educação de jovens e adultos são:

- Em 1952 a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inicialmente ligada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA. A CNER caracterizou-se, no período de 1952 a 1956, como uma das instituições promotoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro;
- Em meados dos anos 50, Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos.
- Em 1958, realização do segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, com o objetivo de avaliar as ações alcançadas na área visando propor soluções apropriadas para a questão. A delegação de Pernambuco, da qual Paulo Freire fazia parte, propôs uma educação baseada no diálogo, que ponderasse as características socioculturais das classes populares, estimulando sua participação consciente na realidade social. Nesse congresso se discutiu também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, em decorrência, foi elaborada em 1962 o Plano Nacional de Educação, sendo extintas as campanhas nacionais de educação de adultos em 1963.

- Na década de 60, com a associação do Estado à Igreja Católica, novo impulso foi dado às campanhas de alfabetização de adultos. No entanto, em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos. O Movimento de Educação de Bases (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à igreja Católica. Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966:
- Na década de 70, há o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – o MOBREAL, que era um projeto para se acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. O ensino supletivo, implantado em 1971, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil:
- Em 1985, o MOBREAL foi extinto sendo substituído pela Fundação EDUCAR. O contexto da redemocratização possibilitou a ampliação das atividades da EJA. Houve uma organização em defesa da escola pública e gratuita para todos pelos estudantes, educadores e políticos. A nova Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucional também inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada;
- Em março de 1990, com o início do governo Collor, a Fundação EDUCAR foi extinta e todos os seus funcionários colocados em disponibilidade.
- Em janeiro de 2003, o MEC lançou o Programa Brasil Alfabetizado e das Ações de continuidade da EJA. Essa assistência será direcionada ao desenvolvimento de projetos com as seguintes ações: Alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetizadores.

A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. O processo de alfabetização independente não gera emprego, renda e saúde (VIEIRA, 2004).

Corroboramos com Santos (s/d.) ao afirmar que o desafio imposto para a EJA na atualidade se constitui em reconhecer o direito do jovem/adulto de ser sujeito; mudar radicalmente a maneira como a EJA é concebida e praticada; buscar novas metodologias, considerando os interesses dos jovens e adultos; pensar novas formas de EJA articuladas com o mundo do trabalho; investir seriamente na formação de educadores; e renovar o currículo – interdisciplinar e transversal –, entre outras ações, de forma que essa modalidade passe a constituir um direito, e não um favor prestado em função da disposição dos governos, da sociedade ou dos empresários.

A metodologia de ensino

Apesar de não haver a continuidade dos programas ao longo dos tempos, a Educação de Jovens e Adultos está sempre sendo buscada, com o objetivo de admitir o acesso de todos à

educação, independentemente da idade. Segundo Vieira (2004), a história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire.³ O Sistema Paulo Freire, desenvolvido na década de 1960, teve sua primeira aplicação na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, para logo passar a ser conhecido em todo país, sendo praticado por diversos grupos de cultura popular.

A década de 1960 e a proposta de Paulo Freire

Conforme Vieira (2004), com Freire ocorreu uma mudança no paradigma teórico-pedagógico sobre a EJA. Durante muitos séculos, para alfabetizar alguém se utilizava o método silábico de aprendizagem. Por isso, os alunos recebiam cartilhas com sílabas e, orientados pelo educador, passavam a juntá-las para formar palavras e frases soltas, que muitas vezes só memorizavam e repetiam. Por essa visão, não se desenvolvia o pensamento crítico, não importava entender o que era escrito e o que era lido porque o importante era dominar o código.

Os anos 1960 podem ser considerados como um dos períodos mais importantes para história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, pois os novos impulsos foram dados as campanhas de alfabetização de adultos. No entanto, em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos. O movimento de Educação de Base (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à Igreja Católica. Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966.

O início da década de 1970, ainda sob a ditadura militar, marca o início das ações do movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que era um projeto para se acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Após esse período, quando já deveria ter sido cumprida essa meta, o Censo divulgado pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou 25,55 de pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais. O programa passou por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças.

O ensino supletivo implantado em 1971, foi um marco importante na história da educação de Jovens e adultos do Brasil.

3 - Paulo Régis Neves Freire, educador pernambucano, reconhecido internacionalmente pelo seu método de alfabetização. Autor de várias obras como: **Educação como prática de Liberdade; Pedagogia do Oprimido; Pedagogia da Autonomia** entre outros. Sua colaboração para EJA ocorre na década de 60. Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº. 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia como função do supletivo suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos que não tivessem conseguido ou concluído na idade própria (VIEIRA, 2004, p.40).

O MEC promoveu ainda a implantação dos centros de Ensino Supletivo (CES), a fim de atender a todos os alunos que desejassem completar os estudos fora da idade regulamentar para séries iniciais do ensino de primeiro grau; e redefiniu também as funções do ensino supletivo, em 1972, destacando quatro aspectos:

A suplência, ou seja, a substituição compensatória do ensino regular pelo supletivo via cursos e exames com direito a certificação de ensino de 1º grau para maiores de 18 anos, e de ensino de 2º grau para maiores de 21 anos; o suprimento ou complementação da escolaridade inacabada por meio de cursos de aperfeiçoamento e de atualização; a aprendizagem; e a qualificação (MEC/SEF, 2002).

Na visão de Haddad (1991), os centros de Estudos Supletivos não atingiram seus objetivos verdadeiros, pois não receberam o apoio político nem os recursos financeiros suficientes para sua plena realização. Além disso, seus objetivos estavam voltados para os interesses das empresas privadas de educação:

A reafirmação do direito dos jovens e adultos a um ensino básico adequado as suas condições, e o dever do poder público de oferecê-lo gratuitamente, na forma de cursos e exames supletivos. E a alteração da idade mínima para a realização de exames supletivos para 15 anos, no Ensino Fundamental, e de 18, no Ensino Médio, além de incluir a educação de Jovens e Adultos no sistema de ensino regular (MEC/SEF, 2002, p.17).

A LDB⁴ aprovada em 1996, na visão de alguns pesquisadores/educadores, não trouxe melhorias significativas ao EJA, “pois apenas dois artigos tratam dessa modalidade de ensino” (ARELARO e KRUPPA, 2002, p.97). A LDB 9394/96 reserva uma pequena seção ao EJA e seu conteúdo de caráter marcadamente flexível.

De acordo com Freire (1979), por essas novas concepções, educador e educando devem interagir. Novos métodos de aprendizagem são criados, por meio dos quais o alfabetizador trabalha o conteúdo a ser ensinado - a língua escrita - com a preocupação de que seus alunos estejam compreendendo o sentido para o sistema da escrita, a partir de temas e palavras geradoras, ligadas às suas experiências de vida. Nessa nova concepção de alfabetização, a língua escrita vem acompanhada por um processo de construção do conhecimento, que se dá por meio de diálogos de intercâmbio entre educador e educando.

A proposta de Paulo Freire baseia-se na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Esses dados devem ser organizados

4 - A partir da LDB 9394/96, com a instituição da educação de jovens e adultos como modalidade da Educação Básica, alguns autores referir-se-ão a ela com a denominação de Educação de Jovens e adultos (EJA).

pelo educador, a fim de que as informações fornecidas, o conteúdo preparado para as aulas, a metodologia e o material utilizados sejam compatíveis e adequados às realidades presentes. Educador e educando devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de alfabetização.

É importante que o adulto alfabetizando compreenda o que está sendo ensinado e que saiba aplicar em sua vida o conteúdo aprendido na escola (FREIRE, 1979; 1989).

Segundo Freire (2002), a relação professor-aluno deve ser:

(...) um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizados assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

O chamado “método” Paulo Freire tem como objetivo a alfabetização visando à libertação. Essa libertação não se dá somente no campo cognitivo, mas deve acontecer também no campo sociocultural e político, pois o ato de conhecer é político, e se realiza no centro da cultura (LOPES e SOUSA, 2010).

Os indivíduos têm realmente uma visão ingênua que os tornam escravos, na medida em que, não sabendo que podem transformá-la, sujeitam-se a ela. Essa incredulidade na possibilidade de intervir na realidade em que vivem é sustentada pelas cartilhas e manuais escolares que colocam homens e mulheres como observadores e não como sujeitos ativos dessa realidade:

[...] o analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com suas múltiplas metástases, aqui a ociosidade, ali o vício, além do crime. Assim, fica exilado dentro de si mesmo como em um mundo desabitado, quase repellido para fora da sua espécie pela sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena e a nossa desídia de perdão enquanto não lhe acudimos com o remédio do ensino obrigatório (COUTO, 1993 apud PAIVA, 1983, p. 56).

Com mais de 50 anos de aplicação, o “método” Paulo Freire trouxe a experiência de vida para a cena educativa, fazendo com que a realidade dos alunos sejam o guião de transformações para que os indivíduos não apenas tenham condições de ler a História, mas também a possibilidade de a escrever.

Considerações finais

Utilizou-se como metodologia nesta pesquisa documentos oficiais que se referem à Educação de Jovens e Adultos (EJA), pesquisa bibliográfica e referências bibliográficas diversificadas. Realizou-se também questionário para a investigação acerca do tema trabalhado, para verificação das reflexões dos educadores da EJA, e, por fim, foram utilizados pressupostos de uma pesquisa qualitativa, que possibilitaram uma explicação aprofundada a respeito das reflexões sobre o tema aqui apresentado.

A partir disso, buscou-se no histórico educacional brasileiro os acertos e os descompassos em relação às políticas pedagógicas aplicadas como esse percurso culminou no EJA, sua relevância e o que ainda falta para se chegar a um funcionamento pleno. Além disso, como os métodos e práticas estabeleceram (ou impulsionaram) o progresso da consciência crítica dos alunos e de seu mundo, assim favorecendo ou despertando as suas habilidades no ofício que desenvolve, e tornando-os mais críticos a respeito daquilo que os cercam, ou seja, no seu pensar diário.

Para isso, há que fornecer o arcabouço teórico e as condições práticas ao educador, que precisa compreender que o povo é a matriz de toda cultura, e que, sendo assim, a experiência de vida do educando é fundamental para elaborar ferramentas para o despertar crítico e para as formas mais agudas e conscientes de entender o mundo, para agir sobre ele, transformando-o.

Neste sentido, os ensinamentos e teoria de Paulo Freire, e a sua contribuição para o EJA e a alfabetização, não podem ser esquecidos, já que o educador entende a educação como uma prática da liberdade, desse modo, problematizar o que se aprender (daí a importância da experiência de vida) e se colocar como ser no mundo que reflete sobre a sua existência e o funcionamento das coisas ao seu redor, e estimular a sensação de se sentir desafiado e uma resposta positiva aos obstáculos, algo completamente diferente das políticas que percebem o aluno como um receptor de informações, mantendo-o em sua carteira, domesticado, enquanto despeja conteúdo sem incentivar e impulsar o pensamento crítico.

A história do EJA colheu fracassos e sucessos em seu caminho. Mas sempre manteve em vista a relevância da alfabetização e dos processos de aprendizagem. A Educação de Jovens e Adultos é um direito, de importância inestimável, já que garante ao cidadão as condições para interagir com a sua sociedade, permitindo a ele identificar e refletir sobre o funcionamento das instituições e as mais diversas visões de mundo.

A Educação de Jovens e Adultos proporciona, e assim os alunos a compreendem, uma

oportunidade para se alcançar um futuro melhor, pois, há uma relação intrínseca e inexpugnável entre conhecimento e transformação.

Referências

ARELARO, Lisete Gomes; KRUPPA, Sônia Portella. A educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 89-107.

COUTO, Miguel. No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo. Rio de Janeiro: TYP. Jornal do Comércio, p. 190, 1933. In: PAIVA, Vanilda. P. **Educação popular e educação de adultos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação e mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

_____. **Educação e atualidade brasileira**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.16 n. 47. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011, p. 333-361.

HADDAD, Sérgio. **Estado e educação de adultos**. Tese de Doutorado. FEUSP, SP, 1991.

LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. EJA: **Uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: < http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf > Acesso em: 05 de fevereiro de 2010.

MACHADO, Maria Margarida. **Política educacional para jovens e adultos: a experiência do projeto AJA (1993-1996) na Secretaria de Educação Municipal de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiânia, 1997.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf. Acesso em: 03 de fevereiro de 2010.

PAIVA, Vanilda. P. **Educação popular e educação de adultos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

MEC/SEF, 2002a.

SANTOS, I. M. S. **Trajétoria da Educação de Jovens e Adultos**, S/d. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/4105/1/A-Educacao-De-Jovens-E-Adultos-NoBrasil/pagina1.html>. Acesso: 28/02/2010.

STEPHANOU, M; BASTOS, M.H.C. **História e memórias da educação no Brasil - Século XX**. Petrópolis,

Vozes, 2005.

VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos**. v. 1: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

ZANETTI, Maria Aparecida. As políticas educacionais recentes para a Educação de Jovens e Adultos. **Caderno Pedagógico**, n.2. APP – Sindicato, 1999.